



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640247 - SP (2021/0014143-4)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : MARCOS PAULO VILAR PEREIRA  
**ADVOGADO** : MARCOS PAULO VILAR PEREIRA - SP352482  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : PAULO DE SOUZA FREITAS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAULO DE SOUZA FREITAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* n. 2297596-68.2020.8.26.0000).

O paciente foi condenado às penas de 2 anos e 6 meses de reclusão, no regime inicial semiaberto, e de 12 dias-multa, no valor unitário mínimo, pela prática do crime previsto no art. 155, § 4º, I, II e IV, do Código Penal.

O impetrante sustenta que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, ao argumento de que, expedido o mandado de prisão para o início da execução penal, foi colocado e ainda permanece no regime fechado.

Requer, liminarmente, a inclusão do paciente no regime semiaberto, assim como determinado pelo decreto condenatório. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que se confirme a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

**AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio *mandamus*, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, a prisão preventiva foi decretada em razão da periculosidade social do agravante, evidenciada a partir das circunstâncias concretas colhidas do flagrante,

*notadamente pela apreensão de expressiva quantidade de droga - quase 3kg de maconha.*

*Precedentes. Ausência de flagrante ilegalidade a justificar a superação da Súmula 691 do STF.*

*3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 629.203/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 15/12/2020, DJe de 17/12/2020.)*

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.*”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, sobretudo porque consta dos autos atestado extraído do Sistema de Automação do Poder Judiciário de São Paulo, segundo o qual o paciente “*encontra-se no regime Semiaberto*” (e-STJ fl. 76).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência